

1  
2  
3 **Ata da décima reunião do Conselho Municipal de Saúde –C.M.S.**

4 Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e sete, às dezenove horas, no Auditório da Unimed-PG,  
5 situado na Rua Comendador Miró – nº427 – Centro, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a décima  
6 reunião do C.M.S. de Ponta Grossa – segunda extraordinária, estando presentes os Conselheiros Titulares e  
7 Suplentes: Edson Alves; Ana Paula Costa Pádua de Carvalho; Lenir Monastirsky; Maria Lucia Tozetto  
8 Vettorazzi; Mirian Malherbi Reusing; Luiz Jacinto Siqueira; Northon Arruda Hilgenberg; Francisco Nestor  
9 Marochi; Tereza Lopes Miranda; João Carlos Lemos; Jurema Terezinha Barbosa; Maria de Fátima Juskow  
10 Fiebig; Genecilda Lourenço Gotardo; Vera Regina Buss Taborda; Cláudia Maria Hey; Regis Clemente da  
11 Costa; Carlos Eduardo Coradassi, Paulo César Facin e o participante João Isaias Becher. Verificada a  
12 presença de quorum o Presidente Carlos Eduardo Coradassi procedeu à abertura dos trabalhos,  
13 cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e participantes. Passou em seguida ao **Primeiro item**  
14 **da Ordem do Dia:** O Presidente do C.M.S. abriu a palavra à Primeira Secretária., Conselheira Maria Lúcia  
15 Tozetto Vettorazzi, para apresentação dos **Informes da Mesa Diretora:** Ofícios recebidos e enviados: iniciou  
16 a leitura dos ofícios enviados: um ofício enviado a Coordenadoria Administrativa solicitando a contratação de  
17 empresa especializada em transporte de passageiros para deslocar os delegados representantes do  
18 segmento de usuários que participarão da 8ª Conferência Estadual de Saúde; um ofício enviado a UNIMED  
19 solicitando o empréstimo do auditório para realização desta reunião extraordinária; um ofício enviado a  
20 Coordenadoria Administrativa informando a frequência dos estagiários; um ofício enviado ao Sr. Paulo  
21 Tsalikis com informações solicitadas pelo mesmo; um ofício enviado ao Secretário de Saúde solicitando a  
22 indicação do nome de dois servidores para compor a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde e  
23 um ofício de justificativa solicitando cancelamento do empenho 6169/2007 referente a hospedagem dos  
24 palestrantes da 7ª Conferência Municipal de Saúde. Ofícios recebidos: um ofício recebido do Conselho Local  
25 de Saúde Nilton Luiz de Castro convidando para a Assembléia que será realizada no dia 15 de setembro de  
26 2007; um ofício recebido da Srª Rosilene Gomes informando o encaminhamento de pré-projetos junto ao  
27 Fundo Nacional de Saúde e outro solicitando indicação do nome de um conselheiro para compor a Comissão  
28 de Fiscalização dos serviços da USA – Nova Rússia; ofício recebido da Terceira Regional de Saúde  
29 solicitando parecer sobre o processo n.º 9.111.365-1; ofício recebido do Ministério da Saúde apresentando  
30 relatório de auditoria realizada em Ponta Grossa no período de 22 a 26/05/2006; ofício recebido da Secretaria  
31 Municipal de abastecimento e Meio Ambiente apresentando informações solicitadas por este Conselho; ofício  
32 recebido da Terceira Regional de Saúde convidando para reunião da CRECISS, ofício recebido do Conselho  
33 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentando texto a ser encaminhado ao Sr. Prefeito e  
34 vários telegramas recebidos informando o pagamento de programas relacionados ao Programa Fundo a  
35 Fundo. Em seguida passou para o **Segundo Item da Ordem do Dia:** Avaliação dos pareceres das  
36 Comissões sobre o projeto básico do CAPS- transtornos mentais: Comissão de Acompanhamento do  
37 Sistema hospitalar e Especialidades: A conselheira Vera Regina Buss Taborda relatou que o parecer da  
38 comissão já havia sido entregue e que o parecer é favorável à contratação de serviços de uma Organização  
39 Não Governamental para o CAPS-TM. A Conselheira Lenir Monastirsky falou que seria interessante colocar  
40 no projeto o comprometimento com a capacitação de funcionários de forma detalhada. A Conselheira Vera  
41 Regina Buss Taborda disse que achou o prazo de 16 meses que consta no projeto muito curto e a Srª Ana  
42 Paula Almeida Rocha, representante do gestor municipal, explicou que o contrato não pode ultrapassar o  
43 período da gestão atual; o que pode acontecer é de na próxima gestão ele ser renovado mas para isso deve  
44 passar por todos os trâmites novamente. A Conselheira Jurema Terezinha Barbosa falou que além do

45 representante do gestor como fiscalizador das ações propostas no projeto deve haver também algum  
46 representante do Conselho Municipal de Saúde como fiscalizador, podendo ser este integrante da Comissão  
47 de Especialidades. Comissão de Gestão do Trabalho no SUS e Saúde do trabalhador: o Conselheiro  
48 Francisco Nestor Marochi relatou que a comissão reuniu-se juntamente com as demais (Especialidades e  
49 Orçamento) e que o parecer é favorável ao projeto apresentado. Comissão de Orçamento: O Conselheiro  
50 Paulo César Facin solicitou esclarecimentos quanto a redação das páginas 03 e regimes de atendimento do  
51 CAPS-TM. A sr<sup>a</sup> Ana Paula Almeida Rocha explicou que o projeto está escrito conforme preconiza a Portaria  
52 333, e que o CAPS- TM não tem funcionará com regime de internamento, o atendimento será das 08:00 às  
53 18:00h de segunda a sexta feira, proporcionando desta forma a reinserção do paciente em seu ambiente  
54 familiar e social. A Conselheira Vera Regina Buss Taborda perguntou se em caso de o paciente necessitar de  
55 um atendimento emergencial para onde deve dirigir-se, a resposta foi que ele deve dirigir-se ao Pronto  
56 Socorro Municipal que é a unidade responsável pelos atendimentos de urgência e emergência. A Conselheira  
57 Tereza Lopes Miranda retomou a fala da sr<sup>a</sup> Ana Paula Almeida Rocha falando da importância da reinserção  
58 dos pacientes no meio familiar e social. O Conselheiro Paulo César Facin disse que sentiu falta de uma  
59 justificativa no projeto especificando o por que da contratação de uma ONG para prestar serviços no CAPS –  
60 TM e também apresentação das alternativas já aplicadas. O Presidente do C.M.S, Carlos Eduardo Coradassi  
61 lembrou aos Conselheiros que o ônus de aprovar atividades terceirizadas é do Conselho, todavia as  
62 demandas trabalhistas ou outras que vierem a surgir são de inteira responsabilidade do município, pois este  
63 responde primeiro e em seguida aciona a empresa responsável pela execução das atividades. Solicitou ainda  
64 que seja apresentada por parte do gestor uma política de médio/longo prazo para solucionar a questão, para  
65 que o serviço retorne as mãos do município. O Conselheiro Regis Clemente da Costa perguntou se não havia  
66 uma outra solução para o problema e foi informado que de acordo com os pareceres das comissões  
67 atualmente não existe outra solução possível. O Conselheiro Paulo César facin voltou a questionar sobre a  
68 justificativa do projeto e o Presidente do C.M.S. perguntou a ele se isso geraria impedimento para a votação e  
69 lembrou que poderia ser pedido vistas. O Conselheiro Paulo César Facin disse que a questão não impediria  
70 a votação pois a questão é emergencial e a população não deve ser sacrificada. O Conselheiro ainda foi  
71 informado que segundo a Sr<sup>a</sup> Rosilene falou na reunião das comissões o projeto apresentado é o que vai  
72 para edital e que não caberia uma justificativa neste projeto e sim em um outro documento. O Presidente  
73 ressaltou que o projeto que vai para edital e o que deveria ser apresentado ao Conselho são dois  
74 instrumentos distintos. O Conselheiro Edson Alves sugeriu que fosse feito um outro documento justificando  
75 para que não ficassem dúvidas quanto a necessidade do serviço, sendo estipulado que tal documento e o  
76 projeto médio/longo prazo deverão ser apresentado na reunião ordinária do mês de outubro.. O Presidente  
77 abriu então espaço para votação do projeto, o qual foi aprovado por treze votos favoráveis e uma  
78 abstenção. Em seguida passou-se para o **Terceiro item da Ordem do Dia** : Aprovação da resolução  
79 0001/2007 – C.M.S. e apresentação do Relatório Final da 7<sup>a</sup> Conferência Municipal de Saúde: foram  
80 entregues fotocópias do relatório final da 7<sup>a</sup> Conferência Municipal de Saúde aos Conselheiros e participantes  
81 presentes. O Presidente informou que os originais encontram-se na sede do Conselho e que em caso de  
82 dúvidas podem ser consultados. A Conselheira Maria Lúcia Tozetto Vetorazzi solicitou que a aprovação do  
83 relatório fosse feita na próxima reunião, assim todos poderiam ler com atenção. Os conselheiros e  
84 participantes foram informados que só poderiam ser feitas alterações que não mudassem o teor das  
85 propostas aprovadas na 7<sup>a</sup> Conferência Municipal de Saúde e que antes de toda alteração seria consultado o  
86 texto original. O Presidente solicitou ainda que as pessoas que desejarem verificar os originais desloquem-se  
87 até o Conselho para fazê-lo. Sugestão acatada passou-se para o **Quarto item da Ordem do Dia**:  
88 Apresentação do Termo de Compromisso de Gestão: O Sr. João Isaías Becher responsável pelo

89 Departamento de Controle e Avaliação da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa procedeu a apresentação do  
90 Termo de Compromisso de Gestão Municipal que foi previamente entregue ao Conselho Municipal de Saúde.  
91 Durante a apresentação foram solicitadas algumas alterações e esclarecimentos, sendo então aprovado o  
92 Termo e assumido o compromisso por parte do Sr. João Isaias Becher de enviar cópia alterada ao  
93 Conselho para em seguida ser emitida carta de aprovação. **Informes dos Conselheiros**: Os Conselheiros  
94 Luiz Jacinto Siqueira e Northon Arruda Hilgenberg relataram sobre uma reunião do Conselho Regional de  
95 Medicina para tratar de questões relacionadas ao Hospital da Criança. Relataram vários problemas  
96 existentes, entre eles o fato de existir apenas um médico para atender Portaria e emergências, a falta de uma  
97 nutricionista para acompanhar a alimentação dos pacientes, inexistência de um laboratório próprio, falta de  
98 profissional no setor de Raio X, e outros, de acordo com o Conselheiro Luiz Jacinto Siqueira se a situação  
99 perdurar o Hospital pode ser interditado. O Conselheiro Edson Alves explicou que já estão sendo tomadas  
100 medidas para solucionar a questão e o Conselheiro Luiz Jacinto Siqueira ressaltou que até a presente data  
101 nada havia sido feito. Sem mais informes o Presidente do C.M.S deu por encerrada a reunião às 22h45min.